

5.2. Programa de Proteção

5.2.1. Introdução

A manutenção da biodiversidade e da integridade do território das unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, em cumprimento à legislação ambiental, depende da presença, em ação contínua do Poder Executivo, com rotinas permanentes e efetivas de fiscalização, em conjunto com o uso dos demais instrumentos de defesa jurídica e institucional junto ao Poder Judiciário (São Paulo. Fundação Florestal, 2010).

As atividades de fiscalização na EEcX, inseridas no Programa de Proteção do PEI, foram iniciadas em 1987, a partir da aquisição da Fazenda Intervales, e tiveram como antecedentes as atividades implantadas sob a administração do Banespa (São Paulo. Fundação Florestal, 2009).

Ao Programa de Proteção do PEI- EEcX compete o planejamento e execução das atividades de vigilância e fiscalização, por meio da atuação de equipes de plantão na sede e bases operacionais do Parque (incluindo a vigilância patrimonial). Contempla atividades conjuntas com UC vizinhas, especialmente o PECB, PENAP, PETAR, e o Policiamento Ambiental, além de contato com outros órgãos de controle ambiental, tais como as Delegacias Cíveis, o Ministério Público, Agência Ambiental/CETESB, e a Coordenação de Fiscalização Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente. As atividades de fiscalização não se restringem ao interior das unidades, mas se estendem ao entorno dessas.

A equipe de proteção do PEI- EEcX vem participando em reuniões com comunidades vizinhas e apoiando atividades para a elaboração de ações integradas aos projetos e programas de desenvolvimento sustentável, bem como subsidiando informações para a análise e parecer em atividades sujeitas ao licenciamento ambiental no entorno (zona de amortecimento) e o monitoramento.

A análise dos pedidos na Zona de Amortecimento e o monitoramento das atividades licenciadas e das degradações ambientais detectadas pela fiscalização são outras ações relevantes que competem ao programa. O PEI ou a EEcX não dispõem de técnicos para as análises, por vezes bastante complexas, como é o caso dos empreendimentos minerários ou de silvicultura que se adensam na porção N-NW, por isso essa análise é realizada com o apoio de técnicos da Fundação Florestal.

Entretanto, o monitoramento das atividades licenciadas e a recuperação dos danos ambientais são os trabalhos que mais necessitam ser efetivamente implantados e consolidados nas rotinas da UC, para que seja possível avaliar a evolução das condições ambientais da UC e da ZA ao longo do tempo. Neste sentido a estruturação de uma Equipe Técnica de apoio ao PEI, EEcX e demais

Unidades do Mosaico de Paranapiacaba é considerada uma ação estratégica fundamental para se atingir este objetivo.

O PEI e a EEcX contam atualmente com 9 guardas-parque em atividade para fazer face ao desafio de proteger 44.800 hectares (área correspondente aos territórios do PEI e EEcX). Além da sede do Parque são mantidas, seis bases descentralizadas com pessoal permanente (em regimes de plantão) e também atividades no entorno.

As estratégias adotadas para reforçar o efetivo são o estabelecimento de rotinas de fiscalização conjunta com a Polícia Ambiental e a contratação de porteiros para manutenção de bases em regime de plantões 24 h. A terceirização da vigilância através de porteiros constitui-se medida paliativa, pois envolve equipes fixas de trabalho.

Nos últimos anos não houve a incorporação de novos guardas-parque nas unidades. O quadro atual apresenta significativas limitações devido à idade média avançada da equipe, com grande parte de funcionários aposentados e semi-aposentados e casos graves de saúde, o que resulta na disponibilidade de apenas 6 guardas-parque em condições adequadas para realizarem rotinas de campo, em trilhas de longa duração.

Faz-se premente a renovação funcional de guardas-parque para atender o PEI e a EEcX, em tempo hábil para que os conhecimentos da área e das principais pressões que esse grupo de funcionários possui, acumulados duante décadas, não sejam perdidos.

Importante registrar que, nos meses de maio e setembro 2006¹, ocorreram incêndios criminosos em 02 alojamentos da base Barra Grande (fiscalização e pesquisa), relacionados, provavelmente, a extratores clandestinos de palmito juçara ou grupos de caçadores oriundos da região do Alto Paranapanema. Ressalta-se a importância estratégica da base Barra Grande como apoio as atividades na EEcX e PEI e que se encontra desativada. Tais ações representam formas de intimidação e represália frente a autuações exercidas pela equipe de proteção do PEI- EEcX e PAmb.

A equipe de guardas-parque ainda utiliza um abrigo avançado na porção nordeste de Xitué, conhecido como "acampamento Xitué" utilizado para pernoites em fiscalizações periódicas da equipe de proteção.

O Programa de Gestão Organizacional do PEI- EEcX indica alta prioridade para a estruturação de uma base na porção no setor nordeste da EEcX, um dos principais acessos a porção norte do PEI a partir do Alto Paranapanema, além da estruturação da base Barra Grande. Uma das dificuldades para construir a base de apoio de Xitué é que o acesso à Estação é difícil (ainda que os caminhos e trilhas internos da Unidade não sejam tão complicados) o que

¹ Respectivamente lavrados na Delegacia de Ribeirão Grande, os boletins de ocorrência n^{os} 068/06 e 137/06.

prejudica o transporte de materiais de construção e manutenção de pessoal em campo. Existe a indisponibilidade de manutenção de pessoal fixo para salvaguarda da base na Xitué e na Barra Grande, o que potencializa o risco de atos de depredação do patrimônio físico e ambiental.

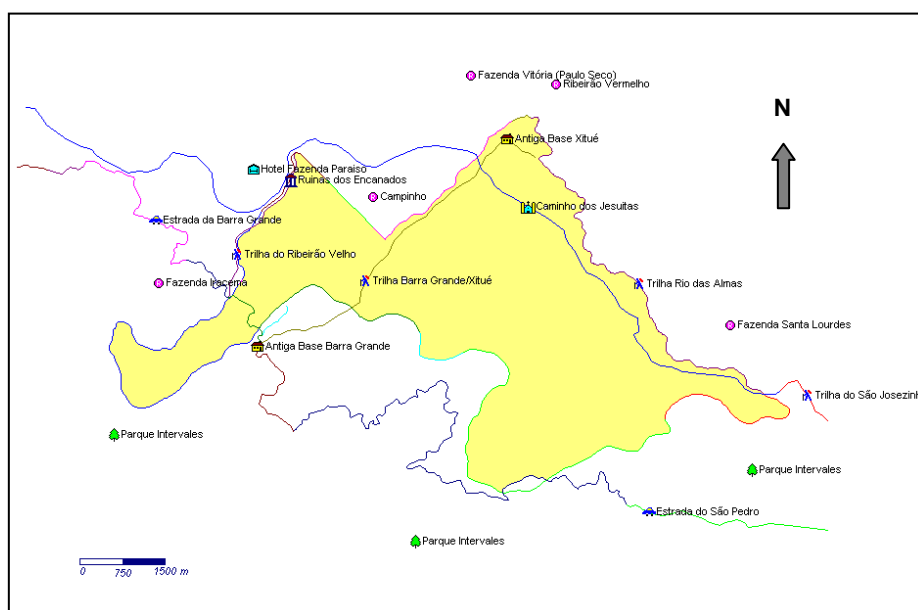
Uma medida para minimizar essa limitação seria viabilizar uma parceria com proprietário vizinho, para viabilizar a construção e manutenção de uma base de apoio à fiscalização, desde que sejam asseguradas medidas de sigilo quando das atividades e pernoites de equipes nessa base e evitando, assim, vazamento de informações.

A EEcX conta com algumas trilhas, utilizadas pela equipe de proteção do PEI, localizada entre o Rio dos Veados e o Rio das Almas (um dos principais afluentes do rio Paranapanema, cuja nascente está localizada dentro da EEcXitué), na divisa do Parque e fazendas do entorno.

A área de maior pressão se localiza ao norte da EEcXitué (local da antiga base de apoio construída na década de 1990) e faz divisa com várias propriedades. A estrada de acesso a esse setor se dá através da Fazenda Vitória, estrada atualmente desativada devido a queda de uma ponte de acesso sobre o Ribeirão Velho.

São duas trilhas utilizadas pela equipe de proteção do PEI- EEcX, situadas ao longo do ribeirão velho (setor noroeste) e ao longo de um dos afluentes formadores do Rio das Almas – ambas acessadas a partir da antiga base Barra Grande (Figura 19)

Figura 19 - Principais trilhas de apoio à fiscalização na EEcX e localização da base Xitué, no setor nordeste da unidade (Fonte: Equipe PEI, 2010)



Elaboração: Pedro de Almeida Júnior

Destacam-se alguns fatos que se relacionam com pressões no entorno e interior da EEc Xitué, algumas relativas a questões fundiárias e outras de invasões de palmiteiros e caçadores a partir da unidade em direção ao PEI.

- 2005: Constatou-se que a empresa Gabert Participações realizou o georreferenciamento dentro dos limites da Estação Ecológica de Xitué, na gleba D (assentamento) e gleba H.
- 2006: Invasão e queima das bases de fiscalização e pesquisa da Barra Grande/PEI a partir de trilhas que cruzam a EEc Xitué.
- Entre 2006 e 2009: Certificações de terras particulares junto ao INCRA e que foram comunicadas à Procuradoria Geral do Estado, tendo em vista a necessidade de regularização fundiária das áreas de entorno do PEI e EEc Xitué.
- Janeiro/2010: Foi constatado supressão de vegetação para abertura de estrada na Fazenda Selva de Pedra, vizinha a EEc Xitué.
- Abril/2011: Homicídio de um antigo palmiteiro conhecido por “Maníco” o qual vivia há vários anos no assentamento (Gleba D). Maníco 63 anos, era da região de Sete Barras e tinha diversos antecedentes criminais.
- Maio/2011: Incêndio da casa Sede da Fazenda Vitória. Segundo informações do zelador da Fazenda teria sido o mesmo responsável pelo homicídio referido como forma de retaliação por parte dos parentes de “Maníco”.
- Outubro/2013: Foi constatado uma criação de Javali em uma pequena propriedade as margens do Rio das Almas, vizinha a EEc Xitué.
- 2015: Homicídio de um antigo morador e posseiro conhecido por “Bastião cabeludo” o qual vivia há vários anos em uma pequena propriedade ao lado da Fazenda Guapiara do grupo Orsa. Segundo informações o assassinato ocorreu por retaliação as várias denúncias de desmatamentos que o Sr. Bastião teria feito.
- Junho/2015: Foi constatado a presença de um grupo de caçadores de paca atuando as margens do Ribeirão Velho em uma propriedade, vizinha a EEc Xitué.
- Janeiro/2016: Invasão e queima do acampamento de fiscalização da Serra Torta/PEI, próximo ao limite Norte da EEc Xitué, segundo informações isso teria sido uma forma de retaliação por parte dos palmiteiros.
- Março/2016: Foi constatado um garimpo as margens do Rio das Almas em uma pequena propriedade, vizinha a EEc Xitué.

A Figura 20 mostra algumas das propriedades identificadas na área do entorno da EEc Xitué, registradas junto ao Incra, registrando-se que algumas encontram-se em processo de litígio entre os proprietários e também são objeto de apuração no processo discriminatório de terras pela PGE. A fazendas

Paraíso constitui-se parceiro do PEI e EEc Xitué diante de seu uso para atividades de turismo na natureza, conservação e apoio a pesquisa, e a fazenda Santa Rita – entre a EEc Xitué e a sede do PEI – integra 03 glebas que se constituem como reservas legais compensatórias. Este mapa destaca alguns abrigos conhecidos como “ranchos de caça” e de fato um dos problemas centrais no tocante as ameaças sobre a unidade, utilizadas por grupos oriundos de bairros vizinhos e das cidades de Ribeirão Grande e Capão Bonito.

5.2.2. Desenvolvimento do Programa de Proteção

O Programa de Proteção da EEcX segue a estrutura geral conforme o Plano de Manejo do PEI, com alguns elementos complementares do Plano de Manejo do PETAR, com relação ao detalhamento de estratégias e ações no âmbito das UC do Mosaico de Paranapiacaba.

5.2.2.1. Objetivos do Programa

Os objetivos abaixo elencados são relativos à postura da Fundação Florestal como órgão gestor responsável pelas unidades de conservação do Estado de São Paulo, de acordo com as especificidades da EEcX e a estrutura geral do Programa de Proteção do PEI.

- Assegurar a integridade do patrimônio ambiental e histórico-cultural da EEcX, minimizando os danos ambientais em seu interior e entorno (bacia do rio das Almas/Paranapanema)
- Controle e Monitoramento ambiental: cumprimento de medidas previstas em processos de licenciamento ambiental e recomendações para atividades no interior e Zona de Amortecimento

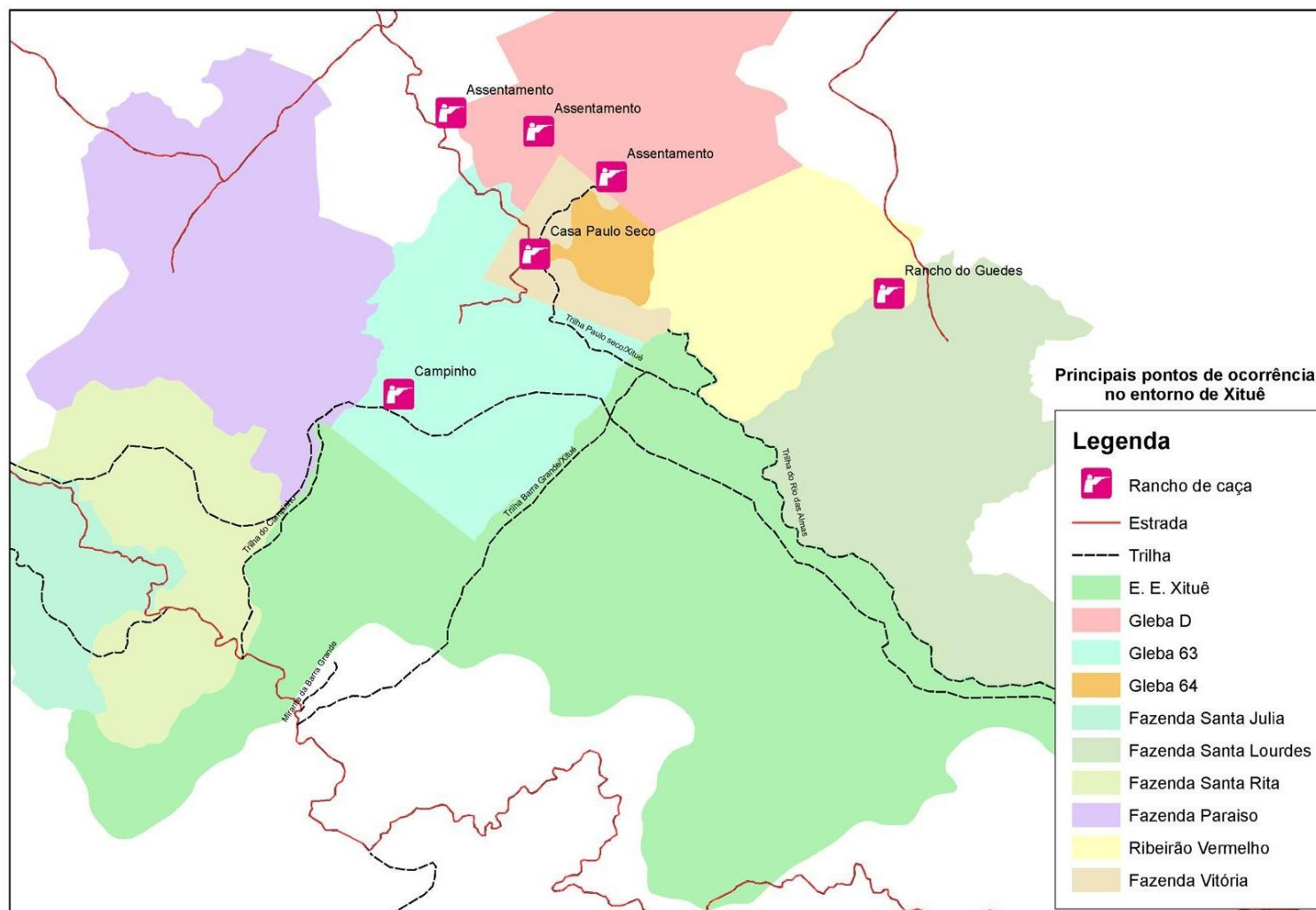


Figura 20. Áreas conhecidas como “ranchos de caça”, nas vizinhanças da EEC Xituê (Fonte: Equipe PEI, 2011)

5.2.2.2. Indicadores de efetividade:

- Frequência de fiscalização.
- Número de degradações ao patrimônio ambiental (interno e ZA) e infraestrutura da UC.
- Número de autos administrativos aplicados em degradações.
- Número de degradações efetivamente recuperadas.
- Número de bases estratégicas com vigilância permanente.
- Tempo de análise dos pedidos de licenciamento.
- Número de licenciamentos em conformidade com o plano de manejo.
- Número de atividades licenciadas instaladas em desacordo.

5.2.2.3. Estratégias e Linhas de Ação

As estratégias e linhas de ação elencadas para o Programa de Proteção da EEcX seguem a estrutura geral do Plano de Manejo do PEI, acrescidas de contribuições específicas oriundas do Plano de Manejo do PETAR, e mantendo o princípio da gestão integrada PEI – EEcX, dentro do contexto maior de planejamento e gestão das UC do Mosaico de Paranapiacaba.

Estratégia 1. Ação Integrada para a Proteção das UC do Mosaico de Paranapiacaba

A gestão integrada das UC que compõe o contínuo ecológico, atual Mosaico de Paranapiacaba foi destacada nos Planos de Manejo do PCB, PEI e PETAR. As dificuldades na proteção da EEcX são basicamente as mesmas que nos três parques, e a gestão conjunta possibilitará a junção de esforços tanto no planejamento quanto na execução das atividades. Se cada uma das UC revestisse de grande importância ambiental, a área do contínuo, que ultrapassa os 200.000 hectares, consolida e potencializa esta importância.

As linhas de ação foram eleitas com o objetivo de indicar formas de organização de atividades que, se realizadas em conjunto, trarão maior efetividade na proteção das UC e a otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros.

LA 1. Implantação do Grupo Gestor do Mosaico de Paranapiacaba para atuar em ações de fiscalização e controle

O núcleo do grupo gestor será composto pelos responsáveis pela administração dos quatro parques (incluindo-se o PENAP) e a EEcX e devem articular os principais órgãos relacionados à proteção das áreas: Polícia Ambiental, Agência Ambiental, CFA/SMA, IBAMA, Prefeituras Municipais e outros. Em um curto prazo, o grupo gestor deve implementar o planejamento de ações de fiscalização e controle do Mosaico no âmbito do Programa de

Fiscalização SIM da Secretaria do Meio Ambiente, que conta com o apoio integral dos órgãos estaduais elencados acima.

O Plano de Fiscalização Ambiental das Unidades de Conservação de Proteção integral do Estado de São Paulo foi instituído em 2012, por meio dos Decretos Estaduais nº 58526/2012 e 57933/2012, e da Resolução SMA 76/ 2012. No âmbito do Plano está o Sistema Integrado de Monitoramento - SIM, que tem por finalidade sistematizar a atuação integrada entre a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, as unidades de policiamento da Polícia Militar Ambiental, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, o Instituto Florestal e o Instituto de Botânica para melhor assegurar os atributos que justifiquem a proteção desses espaços, no interior e respectivas zona de amortecimento, e otimizar os esforços na contenção das degradações ambientais e na restauração ambiental.

Algumas das ações a serem desenvolvidas por este grupo gestor são:

- Elaboração e acompanhamento de um Plano Estratégico Integrado de Proteção do Mosaico, a partir dos respectivos planos (emergenciais) de fiscalização de cada UC, incluindo ações conjuntas adequadamente dimensionadas (em terra e sobrevoos) e agendadas, com destinação de recursos em orçamento anual e definição das responsabilidades dos órgãos envolvidos.
- Avaliação periódica da efetividade do plano e adequações.
- Estabelecimento de agenda de reuniões para troca de informações, planejamento de ações e articulações necessárias ao controle e monitoramento das atividades.
- Estabelecimento de fluxo eficiente de informação entre as UC e os órgãos de licenciamento.
- Definir as áreas prioritárias de atuação do contínuo para o planejamento e ações pontuais, através dos relatórios e reuniões com as equipes dos parques.
- Planejar ações de fiscalização nas estradas, rodovias e acessos e nas fontes de consumo, bares e restaurante, visando combater a rede da extração clandestina de palmito (conforme definido no Plano de Manejo do PETAR) e aqui reforçando a necessidade de realizar ações específicas para coibir atividades de caça de animais silvestres na EEcX e entorno.
- Integrar as ações de planejamento e monitoramento de fiscalização do Mosaico de Paranapiacaba junto ao Programa de Fiscalização SIM da SMA.

Estratégia 2. Implantar plano integrado de fiscalização e vigilância PEI –EEcX

LA 1. Implantar rotinas de fiscalização e vigilância que inclua as seguintes ações:

- Fiscalização de rotina;
- Operações conjuntas entre UC e PAmb;
- Levantamento das áreas prioritárias à fiscalização;
- Relatórios de atividades;
- Protocolo de encaminhamentos de providências sobre irregularidades;
- Sistema de monitoramento através do Programa de Fiscalização SIM da SMA.

Orientações gerais:

- Definição das atividades dos guardas-parques (principal e de interface com outros programas – ex: acompanhamento de atividades de educação ambiental e pesquisadores, anotação de presença de fauna, etc), equipes, turnos e frequências de patrulhamento e operações especiais de acordo com a dinamicidade das ocorrências nas áreas.
- Implementação de relatório de fiscalização e vigilância, como subsídio às atividades de replanejamento das ações e monitoramento, bem como para manutenção da infraestrutura e logística (esses últimos itens devem ser direcionados ao Programa de Gestão/Manutenção para medidas de solução).
- Aumento do número de guardas-parque em atividade, através da contratação de, no mínimo, mais 14 funcionários (2 para cada uma das 7 equipes previstas) – equipe de proteção do PEI que viabilizaria a realização das rotinas de fiscalização na EECX.
- Definição das atribuições da função guarda-parque, definindo responsabilidades, procedimentos e autonomia, e implantação do plano de carreira.
- Implantação de bases multifuncionais, conforme indicado no Capítulo de Zoneamento
- Contratação de vigilância patrimonial (com vigilantes rondantes e com armamento), conforme plano de bases estratégicas.
- Sinalização das divisas e acessos - instalada nos limites externos e nas vias de acesso, de acordo com os seguintes parâmetros e características: (i) - integração ao meio ambiente, de modo a não desfigurar a paisagem e não causar danos de qualquer espécie; (ii) imediata visibilidade dos que transitam pelo local ou que dele se aproximem; (iii) identificação, por desenho, da unidade de conservação do local ou da espécie cuja presença é sinalizada; (iv) inclusão da mensagem incentivadora da natureza; (v) informação a respeito de proibições aplicáveis ao local, inclusive de visitação pública (conforme Lei 11.527, DE 30 de outubro de 2003).

- Manutenção adequada da infraestrutura, equipamentos e logística – edificações, estradas e trilhas, rádio-comunicação, armamento e munição, EPIs, veículos, alimentação, combustível, entre outros.
- Capacitação continuada dos guardas-parque (pelo menos um curso por ano).
- Capacitação dos contratados (pelo menos um curso no início dos trabalhos e cursos complementares no decorrer do contrato).

LA 2. Ação integrada de proteção da palmeira juçara e de animais silvestres

Orientações gerais:

- Desenvolvimento de materiais de divulgação para coibir o consumo de palmito de origem irregular.
- Desenvolvimento de projeto para repovoamento e proteção do palmito na região e implementação de projetos de uso sustentável (interface com Programa de Interação Socioambiental e de Pesquisa).
- Implantar rotinas de fiscalização na EEcX e entorno, assim como desenvolver e implantar estratégias para coibir atividades de caça e comercialização de animais silvestres.

LA 3. Implantação de bases de fiscalização de forma a coibir invasões na EEcX e setor norte do PEI.

Estas bases são previstas no âmbito do Programa de Gestão Organizacional/Subprograma Desenvolvimento da Infra-Estrutura da EEcX, respectivamente:

- Implantação de bases de apoio à fiscalização, pesquisa e educação ambiental nos setores nordeste e noroeste da EEcX
- Reforma e consolidação da base Barra Grande, em área interna ao PEI e limítrofe a EEcX como base de apoio à fiscalização, pesquisa e apoio à visitação/educação ambiental
- Implantação de base de apoio à fiscalização e pesquisa no setor sudeste da EEcX, nas proximidades da nascente do rio das Almas.

Estratégia 3. *Implantar rotina de controle e monitoramento ambiental*

LA 1. Implantação e manutenção de rotina de controle e monitoramento

Orientações Gerais:

- Estabelecimento de rotina/fluxo para pareceres em processos de licenciamento
- Definição de critérios, diretrizes e procedimentos de análise de acordo com o plano de manejo para o licenciamento no entorno do PEI e EEcX (DNPM, Ibama, DAEE, DAIA, Deprn, Cetesb, Prefeituras).
- Elaboração da matriz de convergência das atividades aos objetivos de conservação da UC. O processo de construção da matriz deverá,

necessariamente, ter a apreciação e manifestação do Conselho Consultivo e do Gestor da Unidade.

Matriz de convergência

As atividades econômicas possuem características intrínsecas quanto a sua compatibilidade ou não aos objetivos da conservação da biodiversidade e da paisagem.

Propõe-se que o grau de convergência ou divergência de uma dada atividade seja ponderado em uma matriz, considerando-se as características e recomendações estabelecidas para os diferentes setores da Zona de Amortecimento e as normas legais específicas.

Através dessa matriz, o órgão licenciador fará a análise prévia do pedido, determinando o seu grau de convergência, indicação quanto a reposição da vegetação e medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para o licenciamento da atividade. Da mesma maneira poderão ser identificadas as atividades que não oferecem condições de serem licenciadas em função do grau de divergência e localização.

Como subsidio ao início da discussão, pode-se distinguir dois grupos de atividades que denominamos como atividades convergentes e atividades divergentes à conservação.

Atividades convergentes aos objetivos de conservação da UC: Educação ambiental, pesquisa, proteção, fiscalização, ecoturismo, serviços ambientais (usos indiretos da vegetação), exploração de produtos e subprodutos da floresta mediante projeto ou plano de manejo sustentável (palmito, polpa da jussara, coleta de sementes, plantas medicinais, cosméticas, aromáticas, ornamentais, entre outras de uso direto), projetos de recuperação da vegetação natural, formação de corredores ecológicos, recuperação de áreas degradadas, projetos agroflorestais, agricultura orgânica, reflorestamentos econômicos heterogêneo (nativas), reflorestamento econômicos mistos (nativas e exóticas), outras.

Atividades divergentes aos objetivos de conservação da UC: Obras de infraestrutura (rodovias, ferrovias, aeroportos, hidroelétricas, reservatórios artificiais e captações de água para abastecimento, oleodutos, entre outras), mineração, indústrias, parcelamento do solo para fins urbanos e industriais, atividades agrosilvipastoris em sistemas convencionais.

Critérios para o licenciamento da vegetação na ZA

Os critérios e as rotinas para licenciamento da vegetação natural devem priorizar e incentivar as atividades que contribuem com os objetivos de conservação, que passamos a designar como atividades amistosas ou convergentes. Estas atividades devem receber apoio através de ações de outros programas do plano de manejo, como o programa Interação Socioambiental e o programa de Pesquisa. Os critérios devem ser aprofundados durante a elaboração da matriz, acima citada, disciplinando e restringindo aquelas que

levem à perda direta ou indireta da biodiversidade e da qualidade ambiental, atividades divergentes aos objetivos da conservação.

Como critérios para a matriz sugerem-se, além da localização e compatibilidade com o zoneamento, a forma de intervenção na vegetação (supressão ou manejo); a extensão da área de intervenção; as fitofisionomias e estágios de sucessão da vegetação afetada; fauna associada; a relação entre vegetação a ser suprimida e vegetação a ser legalmente protegida no imóvel (imóveis). À estes critérios deve-se agregar as medidas mitigadoras, de recuperação e de compensação pertinentes a cada situação.

LA2. Acesso ao SIGAM e aprimoramento do SIG

Orientações Gerais:

- Credenciar o Gestor para acesso ao SIGAM para inserir e consultar informações pertinentes no sistema. Capacitação dos técnicos e do Gestor para operação do sistema.
- Estruturação de um Sistema de Informações Geográficas – SIG que integre banco de dados com atividades do Programa e geoprocessamento, possibilitando a geração de mapas, quadros-síntese, tratamento e análises co-relacionais das atividades de fiscalização e controle.
- Recomendações: garantir um operador para o sistema na própria UC com proposta de consolidação e consistência de informações das UCs do Mosaico pela Gerência do Alto Parapanema e Vale do Ribeira.

LA 3. Controle e monitoramento das atividades minerárias

Orientações Gerais:

- Criação de grupo de trabalho para análise de licenciamento de atividades minerárias, conforme fluxo estabelecido no Plano de Manejo do PEI, composto por técnico da UC, da Gerência Regional, e sempre que necessário, de especialistas – IF, IG e Universidades.
- Avaliação periódica da situação dos empreendimentos junto aos órgãos de licenciamento e das medidas mitigadoras e de compensação ambiental.
- Acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros referentes à compensação ambiental dos empreendimentos.
- Monitoramento das atividades e verificação de ocorrência de danos (por terra ou sobrevoos), com encaminhamento de solicitação de providências aos órgãos competentes pelo gestor da UC, bem como acompanhamento da implementação das medidas corretivas.

LA4. Capacitação dos técnicos de Prefeituras para análise de licenciamento e monitoramento (ação conjunta com órgãos de licenciamento e fiscalização)

Orientações Gerais:

- Por meio de termos de cooperação da FF, Agência Ambiental e Prefeituras para a capacitação de funcionários municipais e orientar a estruturação de unidades de controle e licenciamento nas prefeituras dos municípios em que a UC está inserida.
- Estabelecer fluxo de comunicação e consulta das atividades licenciadas na esfera municipal localizadas na ZA.

5.2.3 Síntese das Estratégias de Linhas de Ação

Tabela 31. Síntese das estratégias e linhas de ação

Programa de Proteção	
Estratégia 1. Ação Integrada para a Proteção das UC do Mosaico de Paranapiacaba	<ul style="list-style-type: none">▪ Implantação do Grupo Gestor do Mosaico de Paranapiacaba para atuar em ações de fiscalização e controle.
Estratégia 2. Implantar plano integrado de fiscalização e vigilância PEI –EEcX	<ul style="list-style-type: none">▪ Implantar rotinas de fiscalização e vigilância.▪ Ação integrada de proteção da palmeira juçara e de animais silvestres▪ Implantação de bases de fiscalização de forma a coibir invasões na EEcX e setor norte do PEI.
Estratégia 3. Implantar rotina de controle e monitoramento ambiental	<ul style="list-style-type: none">▪ Implantação e manutenção de rotina de controle e monitoramento .▪ Acesso ao SIGAM e aprimoramento do SIG .▪ Controle e monitoramento das atividades minerárias .▪ Capacitação dos técnicos de Prefeituras para análise de licenciamento e monitoramento (ação conjunta com órgãos de licenciamento e fiscalização).